

madagascar
benin
kenya
djibouti
chad
rwanda
gabon
guinea
namibia
moçambique
burkina faso
mauritania
zambia
côte d'ivoire

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DA MÍDIA 2012

DESENVOLVIMENTO DUMA
MÍDIA INDEPENDENTE
SUSTENTÁVEL
EM MOÇAMBIQUE



USAID
DO POVO AMERICANO

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DA MÍDIA 2012

O Desenvolvimento duma Mídia Independente Sustentável em Moçambique
www.irex.org/msi e www.irex.org.mz

Direitos de Autor © 2013 por IREX.

IREX/Moçambique
Av. Ho Chi Minh 1174
Maputo, Moçambique
E-mail: maputo@irex.org
Tel.: (+258) 21 320 090
www.irex.org.mz

IREX/USA
1275 K Street, NW, Suite 600
Washington, DC, USA 20005
E-mail: msi@irex.org
Tel.: (202) 628-8188
www.irex.org

Editor Chefe: Leon Morse

Editor Chefe Adjunto: Myles Smith

Apoio editorial e a projectos da IREX: Robert Zabel

Revisor editorial: Kelly Kramer, WORDtoWORD Editorial Services

Apoio a tradução: Ultra Translate, LLC

Produção gráfica e Impressão: Elográfico

Nota sobre direitos: É permitida a exibição, cópia e distribuição do ISM no todo ou em parte, desde que os materiais sejam utilizados com reconhecimento de que o “Índice de Sustentabilidade da Mídia (ISM) é um produto da IREX com financiamento da USAID.”; (b) o ISM é utilizado somente para fins pessoais, não-comerciais, e informativos; e (c) não se façam modificações ao ISM.

Reconhecimento: Esta publicação foi tornada possível através de apoio fornecido pela USAID sob (1) Acordo Cooperativo No. #DFD-A-00-05-00243 (MSI-MENA) via uma ordem de serviço por FHI360 e (2) Acordo Cooperativo No. # AID-656-A-12-00001 (Mozambique Media Strengthening Program).

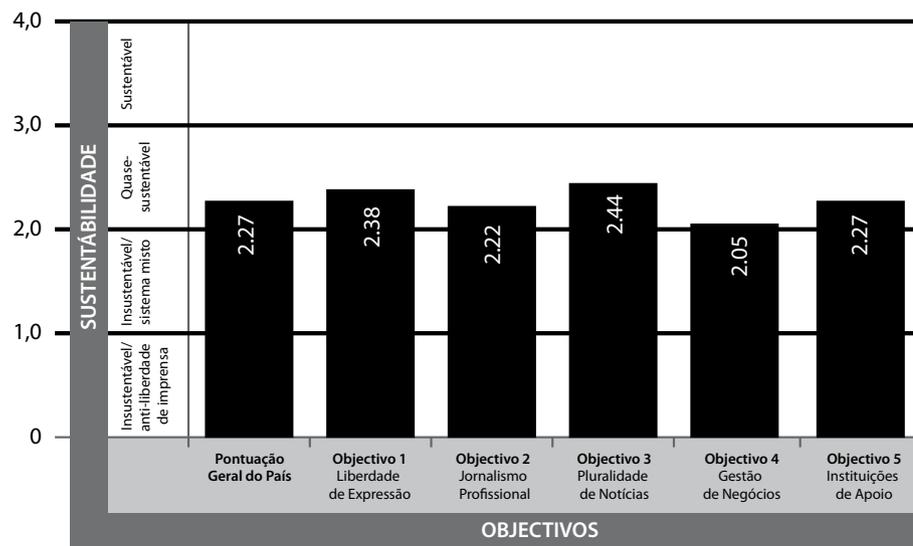
Isenção de responsabilidade: As opiniões expressas neste documento são única e exclusivamente dos painelistas e de outros pesquisadores deste projecto e não reflectem necessariamente os pontos de vista da USAID ou da IREX.

ÍNDICE

Introdução	4
Objectivo 1: Liberdade de Expressão.....	6
Objectivo 2: Jornalismo Profissional	13
Objectivo 3: Pluralidade de Notícias	18
Objectivo 4: Gestão de Negócios	22
Objectivo 5: Instituições de Apoio	27
Lista dos Participantes do Painel	32

Índice de Sustentabilidade 2012

MOÇAMBIQUE



Síntese da Metodologia

O Índice de Sustentabilidade da Mídia baseia-se na análise dum certo grupo de indicadores de cada uma das cinco categorias relacionadas com o estado do sector de comunicação social. Os indicadores são classificados por um painel de doze especialistas numa escala de zero a quatro, onde o zero significa que o indicador não está sendo alcançado de nenhuma forma e quatro quer dizer que o indicador está sendo alcançado plenamente. Os indicadores por cada objectivo são depois ponderados para achar-se a pontuação média de cada um dos objectivos e esses pontos de cada um dos cinco objectivos são novamente ponderados para a determinação da classificação média final do país. A pontuação média final é interpretada como sendo insustentável ou anti-liberdade de expressão, se os pontos forem 0.0-1.0; insustentável se forem 1.0-2.0; quase sustentável, entre 2.0-3.0; e, sustentável, entre 3.0-4.0.

Para mais informações sobre a metodologia utilizada, acesse www.irex.org.mz

Não obstante o ambiente geralmente estável, o sector da comunicação social moçambicana ainda enfrenta muitos desafios. Enquanto existe liberdade de expressão no País, nem toda a gente tem acesso à informação ou a oportunidade de expressarem-se livremente. Muitas das barreiras de acesso à informação estão relacionadas com a falta de distribuição e de outras infra-estruturas mas algumas relacionam-se com as assimetrias entre os órgãos de comunicação social públicos e privados. Neste contexto, é particularmente importante apoiar a bem desenvolvida rede de rádios comunitárias em Moçambique de forma a prover de acesso de notícias e informações às populações que vivem em todos os cantos do País. Além disso, o governo tem uma oportunidade de reforçar o acesso à informação avançando com a legislação relevante, tal como a Lei de Imprensa, que ajudará na criação de um quadro estrutural para o sector da comunicação social.

O estabelecimento de uma diversidade de informação e das respectivas fontes, bem como a melhoria da qualidade das reportagens, constituem objectivos fundamentais de uma democracia saudável. A diversidade no sector da comunicação social ajuda ao cidadão a levantar e trazer ao debate público diferen-

tes pontos de vista e a cobrar do governo a prestação de contas, actos estes que constituem componentes essenciais de uma cidadania activa e participativa.

Para que o sector da comunicação social moçambicano continue a crescer e a desenvolver-se, é necessário que tanto os órgãos públicos como os privados desenvolvam planos creíveis de gestão empresarial de negócios e gerem receitas que lhes garantam a sustentabilidade a longo prazo. Há necessidade de um melhor e justo financiamento das intervenções da comunicação social e do melhoramento da gestão do sector. Para serem bem sucedidas, as empresas de comunicação social não podem depender apenas de receitas de publicidades, mas precisarão de acesso à novas fontes de financiamento; identificar múltiplas fontes de receitas; desenvolver estratégias viáveis; concentrar-se em nichos específicos do mercado; ou atingir novas audiências.

À medida que o desenvolvimento tecnológico avança rapidamente, os órgãos de comunicação social necessitam de manterem-se atentos ao espaço digital, como uma oportunidade de distribuição nova e excitante que se abre, estimulado pela tecnologia da telefonia móvel e da internet.



Arild Drivdal, Representante da IREX

INTRODUÇÃO



Pontuação Geral do País: 2.27

Em Moçambique, entre os anos 2011 e 2012, o clima político, social e da mídia foi estável. Apesar das manifestações esporádicas de desmobilizados de guerra e de certos sectores de combatentes da luta de libertação nacional, prevaleceu a manutenção do *status quo*. O ambiente foi igualmente estável no sector da mídia. Não obstante a expansão notável de estações televisivas, a rádio continua a ser o principal meio de comunicação social, sendo a Rádio Moçambique (RM) o órgão de maior cobertura em todo o país.

Apesar desta estabilidade constatada, os membros do painel continuam a destacar a falta de formação no sector jornalístico, desde os próprios jornalistas e editores até os gestores da mídia e os reguladores governamentais. Os painelistas manifestam uma grande preocupação, não apenas em relação à qualidade do produto final reflectida nas reportagens e nas notícias, mas também quanto aos salários, segurança e apoio que os jornalistas e as empresas jornalísticas recebem.

A interferência política sistemática e a censura praticada principalmente por autoridades distritais contra as rádios comunitárias têm provocado uma certa regressão neste sector. Em 2011, esta prática afectou a mídia

de modo mais generalizado devido à actuação de Edson Macuácuà, antigo secretário para a mobilização e propaganda do partido FRELIMO. A ingerência partidária de Macuácuà no trabalho da mídia, através de orientações editoriais, a confiscação do jornal independente *O País* e a suspensão de um programa popular da Televisão de Moçambique (TVM) provocou ira tanto de jornalistas, como de certos políticos, o que conduziu à sua exoneração do posto de Secretário do Partido. Esta série de eventos demonstrou a predisposição de os funcionários agirem contra os meios de comunicação social, como também a capacidade de resistência de uma sociedade disposta a desafiar tais comportamentos.

Os painelistas do ISM observaram que o quadro legislativo básico moçambicano não é suficiente para garantir a liberdade de imprensa, uma vez que contém lacunas no que diz respeito a regulamentos e mecanismos de regulação. Além disso, conforme evidenciado pela falta de progresso na Lei de Imprensa, na Lei da Radiodifusão e da Comunicação Social, há muito pouca vontade política para se avançar com soluções de curto prazo em relação às questões legais e regulatórias que a mídia enfrenta.

Objectivo 1



Pontuação: 2.38

A Constituição da República de Moçambique e a Lei 18/91, também conhecida por Lei de Imprensa, asseguram o direito à liberdade de expressão e de imprensa. Este direito é gozado com frequência cada vez maior pelos cidadãos e organizações que procuram exprimir-se e protestar sobre vários problemas. A mídia têm igualmente feito uso crescente deste princípio nas suas emissões e publicações, apresentando geralmente reportagens e notícias que demonstram violações de direitos humanos e pontos de vista da oposição, incluindo denúncias contra a má actuação do governo.

Todo o painel concordou que, em termos legais, a Constituição e a Lei de Imprensa propiciam a instalação de um ambiente favorável à liberdade de expressão e acesso à informação. O painel também reconheceu que há uma grande distância entre estas regras e a implementação delas. Como Luís Couto, economista e director geral da Intercampus-Mozambique, afirmou: “Nós precisamos de muito mais que boas leis. Se os jornalistas quiserem manter-se como o quarto poder, têm que ser capazes de exercer o dom ou o direito à indignação. Para isso têm de dar seguimento aos assuntos que reportam”.

João Carlos Colaço, professor de sociologia na Universidade Eduardo Mondlane, destacou que “o problema central não é a ausência de regras legais e sociais, mas a implementação ou aplicação de tais regras e o respeito que deveria existir em relação a elas.” Muitas vezes, as leis que existem não são aplicadas ou são aplicadas selectivamente.

A painelista Maria da Anunciação Mabui, directora e produtora da Rádio Comunitária Nkomati, Distrito da Manhica, descreveu como estas leis são frequentemente ignoradas nas zonas recônditas: “Em muitas das rádios comunitárias nos distritos os colaboradores não têm a liberdade de dizer o que querem. O material que gravam para as emissões não pode ser transmitido na íntegra, há sempre censura. E, sendo assim, é difícil trabalhar porque o partido no poder e a Administração do Distrito determinam o que deve ser transmitido, quando e quem deve cobrir determinado evento”.

Embora estabeleçam um quadro viável para a liberdade da mídia, as leis de imprensa de Moçambique não são perfeitas. Ismael Mussá, deputado da oposição na Assembleia da República, pelo Movimento Democrático de Moçambique (MDM), disse que “não existe nenhuma lei para proteger a independência editorial dos meios de comunicação estatais e públicos. A ausência de tal lei para assegurar o direito à informação tem contribuído para a não disponibilização aberta de informação aos jornalistas. Imagine, então, aos cidadãos em geral”.

Num país como Moçambique, as rádios comunitárias são um veículo essencial para a promoção da participação popular mas, segundo o radiojornalista Carlos Coelho, “o nível de liberdade e de autonomia editorial destas estações de rádio e de televisão comunitárias está intimamente dependente da entidade financiadora”, seja ela do governo ou de grupos da oposição.

Interferência e Censura

Durante a discussão no painel, tal como Colaço afirmou, ficou claro que “existe uma ilusão em torno da democracia, liberdade de expressão e da mídia: quanto mais distante da capital do país, mais difícil se torna encontrar a democracia”. Colaço deu como exemplo a Rádio Comunitária do Alto Molócuè, onde, com a interferência directa e censura do secretariado do partido no poder nas estações de rádio comunitárias, os seus locutores têm-se sentido limitados e sob controlo quando reportam factos que possam afectar aquele partido. Existe uma grande diversidade de experiências nas rádios comunitárias em relação à interferência e censura, o que ilustra a disparidade entre o espírito e a letra das leis e a maneira como são aplicadas nas várias regiões do país.

Alfredo Libombo Tomás, jornalista, consultor de imprensa e activista da defesa dos direitos de imprensa, afirmou que é difícil assegurar liberdade de expressão já que “tal intolerância contra profissionais de imprensa não provém apenas do partido no poder, mas também da RENAMO, o partido da oposição mais importante, que há algum tempo atrás processou o jornalista Vasco da Gama, por causa de uma reportagem sobre o alegado casamento do líder do partido com uma senhora deputada da Assembleia da República. Mais recentemente, em fevereiro de 2012, membros da RENAMO atacaram, em Nampula, dois jornalistas da televisão pública TVM, que se encontravam a cobrir as condições de vida de 300 antigos combatentes acampados nos escritórios do partido naquela cidade”.

À semelhança de estudos anteriores do ISM, o painel de 2012 concluiu que o processo de licenciamento, geralmente, é justo e apolítico, sendo apenas impostas restrições práticas de ordens técnica e financeira. Apesar de isentos, grande parte dos meios de comunicação online são registados pelos respectivos proprietários, mas não existe nenhum sistema de registo de blogs. Os painelistas consideraram o processo de registo e licenciamento como um dos mais fortes aspectos de apoio à mídia independente em Moçambique.

Licenciamento

As regras de licenciamento da mídia em Moçambique não sofreram alterações desde o primeiro painel do ISM, em 2007. Refinaldo Chilengue, jornalista e director editorial do jornal electrónico Correio da Manhã e da revista Prestígio, afirmou que o sistema de licenciamento é liberal e simples, o que é bom por não colocar a mídia sob pressão. Concordando em parte com Chilengue, Couto nota que “o sistema de registo em Moçambique é bom, porque não se mostra nem restritivo, nem controlador e se adapta ao ambiente no qual a concentração demográfica e o acesso ao sinal de rádio não constituem problema”. Também exprimiu a sua crença segundo a qual o licenciamento “é favorável em termos de qualidade e quantidade, já que Moçambique possui 11 canais televisivos e 190 estações de rádio, mas o mercado não está saturado; as licenças são facilmente obtidas e apenas quatro canais têm cobertura nacional”. Ao longo dos últimos

anos, não foi reportada nenhuma recusa de registo ou licença.

Apesar de o registo ser obrigatório, em Moçambique não há restrições para a entrada de qualquer organização no mercado mediático. Segundo Chilengue, o registo “para imprimir e operar mídia electrónica é mais fácil (do que difundir), já que a lei é liberal, os requisitos são extremamente transparentes e os procedimentos de registo simples”.

Por sua vez, Couto afirmou que “devido à sua natureza, o registo de negócios midiáticos deveria obedecer a procedimentos diferentes das outras [indústrias],” destacando que “os impostos são altos, tanto para a mídia, como para outros sectores de negócio. Quando comparada com outros países africanos, a carga tributária em Moçambique é excessiva”. Para Coelho, um tratamento preferencial deveria ser oferecido à indústria midiática. “Já que as empresas jornalísticas pagam impostos, estas deveriam ter o direito de pagar custos aduaneiros reduzidos ou zero em relação a equipamentos e consumíveis, particularmente papel de jornal”.

A RM e a TVM são os maiores meios de comunicação públicos que ostentam cobertura nacional e recebem apoio financeiro, através de um contrato-programa que assinaram com o governo. Ouri Pota Chapata Pacamutondo informou ao painel que a TVM tem um contrato-programa que assegura a isenção de impostos na importação de bens. No entanto, Couto explicou que existem certas “provisões legais que permitem a redução ou isenção de impostos quando

se trata da promoção de investimentos”. Contudo, não é claro até que ponto as empresas jornalísticas podem ser beneficiárias destes possíveis privilégios, considerando que a promoção de investimentos implica a aplicação de capital estrangeiro, que é improvável de fluir para a mídia em Moçambique num futuro próximo.

Insegurança

Os painelistas consideraram que o ambiente de exercício do jornalismo, em geral, é bom e decente, visto que não tem ocorrido crimes violentos contra jornalistas, repórteres ou fotógrafos, incluindo amadores e bloggers. No entanto, pouco é dito sobre aqueles que operam através de blogs, da internet ou sobre desenhistas, porque não são classificados como profissionais de mídia. Como resultado, crimes e perseguições contra estes não são tratados com a mesma atenção como quando a vítima é um jornalista de rádio, televisão ou jornal. Os painelistas reportaram rumores de ameaças com conexões políticas a partir de fontes não especificadas, incluindo indivíduos com conexões governamentais, mas não citaram exemplos concretos.

Os painelistas exprimiram uma variedade de visões sobre a temática de censura e controle estatal da mídia. O painalista e professor Hortêncio Jeremias acrescentou que, “quando se abordam temáticas que incomodam o governo, os jornalistas são ameaçados e, uma vez que estes temem sofrer retaliações, retraem-se e alteram o seu modo de abordagem de certos

tópicos”. Por sua vez, Mabui recordou-se do caso de um colega do círculo regional da Rádio Comunitária Nkomati que se recusou a denunciar a sua fonte de informação à Administração do Distrito e que, por essa razão, foi despedido. João Lobão revelou que, “apesar de não haver nenhum registo, publicação ou relato de casos, existe uma intolerância crescente por parte das autoridades em relação ao trabalho dos jornalistas, e ocorrem intimidações e ameaças quase todos os dias”. Para Colaço, esta situação resulta do modo como os jornalistas se relacionam com o poder económico e político – algo que, segundo Libombo, poderá vir a agravar-se no ciclo de eleições que se aproxima, começando com as eleições locais (autárquicas) em 2013 e eleições gerais em 2014.

Dependência

Em termos legais, a independência editorial da mídia pública é garantida. Todas as agências de comunicação são obrigadas a ter um conselho editorial e estatutos para a promoção da auto-regulação. Contudo, tal como os indicadores anteriores, existe uma grande distância entre a lei e a prática. Excepto naqueles casos em que as suas regras explicitamente exigem a diversidade, os membros dos conselhos de administração da maioria dos órgãos públicos de comunicação em Moçambique são designados pelo partido político no poder. Presidentes dos conselhos de administração e executivos, directores gerais dos órgãos públicos de comunicação, incluindo a RM, a TVM, a Agência de Informação de Moçambique

(AIM) e o Instituto de Comunicação Social (ICS), são designados pelo governo, tendo em conta a filiação política bem como qualificações profissionais. Órgãos de comunicação privados são cada vez mais dependentes do partido no poder. Neste contexto, Libombo Alfredo referiu que, nos últimos dois anos, “as notícias produzidas no país têm sido influenciadas por este partido. Por exemplo, todos os eventos da FRELIMO durante o período 2011 e 2012 receberam cobertura em directo”.

Legislação

As leis estabelecem e protegem a independência editorial, mas elas não exigem que órgãos de comunicação pertencentes ao Estado ou públicos concedam acesso equitativo e sistemático às diferentes facções políticas e grupos minoritários; não existe nenhuma regulação clara em relação ao tempo de antena. Musá realçou que a Constituição prevê esta regulamentação, mas ela ainda não foi produzida.

A calúnia e a difamação por via da mídia são tratados como crimes no âmbito das leis comuns. Coelho explicou que “é necessário distinguir entre crimes e ameaças de jornalistas [em oposição à calúnia] e no momento de julgamento de casos que envolvem jornalistas, deveria ser aplicada a Lei de Imprensa”.

A Vice-Procuradora Geral da República Eulália Maximiano reconheceu que as lacunas na Lei de Imprensa devem ser resolvidas imediatamente. Num seminário alusivo ao 20º aniversário da Lei de Imprensa, realiza-

do no verão de 2011 pelo Conselho Superior da Comunicação Social, Maximiano afirmou: “Um dos factores que fragiliza a lei em causa [a Lei de Imprensa] é o facto de os crimes de imprensa não serem tipificados, o que resulta na aplicação de outras leis do ordenamento jurídico nacional para a sua resolução”.¹ Em relação a tais crimes, Coelho reiterou que, “a difamação é tratada como um problema de lei criminal e não civil. Os jornalistas são responsabilizados criminalmente e os órgãos em que trabalham são notificados sobre processos”. Este painelista acredita que o ónus da prova, que cabe apenas à parte que ofende, representa igualmente um problema.

Teoricamente, não existe nenhuma lei que favoreça alguns ou que bloqueie determinados órgãos de comunicação social em termos de acesso à informação. Todos os jornalistas gozam do direito de acesso às fontes de informação mas, de facto, tudo depende da capacidade financeira e logística de cada órgão em concreto, paralelamente às habilidades individuais dos jornalistas e dos próprios funcionários do governo. Apesar de o governo possuir agentes de imprensa, porta-vozes e assessores de comunicação nos ministérios e outras instituições públicas, o acesso à informação continua sendo difícil de alcançar. A justificação invocada para a retenção de informação é sempre o “segredo de Estado”.

Os painelistas, em particular os jornalistas, confirmaram que na prática – e não na lei – é que são

1 Em *Boletim do CSCS* (Boletim Informativo do CSCS) (2011:4).

impostas restrições ao acesso ou disponibilidade de declarações feitas por representantes de instituições do Estado. Refinaldo Chilengue afirmou que “até os porta-vozes ou agentes de imprensa abstêm-se de fornecer informação ou de emitir declarações, dizendo que “não estão autorizados a falar sobre certos assuntos” ou que “o funcionário responsável não se encontra disponível”. Colaço analisou mais amplamente alguns aspectos deste indicador, considerando a dificuldade “em se definir claramente a que segredos de Estado, segredos de justiça, etc. se faz referência”.

Os órgãos de comunicação social não estão sujeitos a nenhum tipo de restrição legal em termos de acesso às notícias e fontes internacionais, inclusive plataformas online. Igualmente, não existe nenhum impedimento para a citação de fontes estrangeiras. Teoricamente, os profissionais da mídia estão cientes e observam os padrões internacionais e procedimentos na citação de fontes, quando se trate de reproduzir notícias ou programas. Selma Marivate afirmou que, em regra, a propriedade intelectual é protegida.

Profissão

A definição oficial de jornalista consta na Lei de Imprensa, nos seguintes termos: “Entende-se por jornalista, para efeitos da presente lei, todo o profissional que se dedica à pesquisa, recolha, selecção, elaboração e apresentação pública de acontecimento sob forma noticiosa, informativa ou opinativa, através

dos meios de comunicação social, e para quem esta actividade constitua profissão principal, permanente e remunerada”. Apesar desta definição, não existem restrições legais em relação a qualquer pessoa que deseje tornar-se jornalista. Adicionalmente, não há nenhuma provisão legal que limite a mídia privada de cobrir determinado evento ou actividade governamental ou parlamentar.

Em relação aos instrumentos que regulam esta profissão, o Sindicato Nacional de Jornalistas tem tentado, há mais de 10 anos, estabelecer um código de conduta ética e deontológica, e a carteira profissional, mas os jornalistas ainda não alcançaram um consenso sobre o assunto e as instituições governamentais relevantes e o CSCS nunca chegaram a promover discussões sobre este assunto.

Objectivo 2



Pontuação: 2.22

A painelista Selma Marivate sintetizou a dualidade do profissionalismo na esfera da mídia em Moçambique: “Hoje, [o jornalista] ou assume o trabalho ‘por amor à profissão’, respeitando as regras éticas e deontológicas, ou adota hábitos menos decentes, tais como a corrupção e a extorsão, vendendo informação e prestando serviços suspeitos em troca de favores. Apesar da compensação insuficiente, alguns profissionais de mídia despendem esforços imensuráveis, seguindo rigorosamente os princípios da profissão da mídia”.

Os painelistas afirmaram que o jornalismo em Moçambique tem crescido e tentado acompanhar os princípios e regras da profissão. No entanto, apontaram que a formação e a experiência profissional insuficiente, a falta de investigação, o sensacionalismo, a autocensura e as dificuldades financeiras de vários órgãos de mídia constituem o “calcanhar de Aquiles” da profissão. Enquanto alguns painelistas acreditam que os repórteres fazem muito esforço para serem justos e objectivos, muitos lamentam a falta de formação, especialmente nas rádios comunitárias. Acrescentando, Alfredo Libombo afirmou que “as condições financeiras e de trabalho dos órgãos de comunicação não proporcionam a boa prática do jornalismo”.

Colaço afirmou que a mídia tornou-se “mais vulnerável e susceptível à corrupção, à violação da ética profissional e ao questionamento da sua independência e autonomia, transformando-se em produtora de informações ‘convenientes’ para os chefes – isto é, aqueles que detêm o poder económico”. Em relação à

credibilidade, a informação é frequentemente duvidosa devido à falta de fontes e à ausência de confiabilidade delas.

A falta de objectividade e imparcialidade que se assiste no trabalho produzido por grande parte da mídia, segundo Alfredo Libombo é reforçado pelas operações insuficientes das agências que deviam criar e afirmar padrões éticos.

Muitas organizações possuem estatutos editoriais internos e códigos éticos alinhados com padrões internacionais, mas são sistematicamente violados por maus actores. Em Moçambique, ainda não foi estabelecido um conjunto compreensivo e padronizado de normas éticas e a Comissão de Ética do Sindicato Nacional de Jornalistas não tem força para se impor como a autoridade proeminente a este respeito.

A fragilidade económica da mídia torna-a vulnerável à pressão política. Em relação à atenção, análise e confirmação de factos, os painelistas afirmaram que elas são mais altas em estações de rádio e de televisão do que em jornais. Ouri Pota afirmou que na mídia pública “é notável o uso de fontes múltiplas, especialmente as fontes não oficiais”. Contudo, as receitas limitadas forçam as mídias do sector privado a ignorar o princípio do uso e confrontação de múltiplas fontes.

Ética e autocensura

Alfredo Libombo observou que os padrões éticos nem sempre são respeitados devido à “fragilidade

económica da mídia independente que, muitas vezes, leva os jornalistas a se envolverem em corrupção. A sua incapacidade em financiar as deslocações dos seus jornalistas para cobrir certos eventos não lhes permite reportar outras notícias, o que afecta o modo como os eventos são contados”.

Os painelistas consideraram a autocensura, causada pela vulnerabilidade económica e pelo medo em envolver certos interesses políticos e comerciais, como sendo um problema sério em Moçambique. Praticada pelos jornalistas individualmente, ou através do controlo editorial ou de gestão, o painel concordou por unanimidade que, apesar de ser proibida por lei, tem havido muitos casos de censura óbvia. Também a autocensura é comum, tanto na mídia pública como na privada.

Segundo Alfredo Libombo, “casos de autocensura ainda se verificam principalmente na mídia pública. Aliado a este facto, o partido no poder monitora à distância alguns programas que têm a participação de personalidades que criticam o governo atual”. Na sua edição de 30 de agosto de 2012, o jornal electrónico *MediaFax* reportou sobre um encontro conduzido por Edson Macuácuà, secretário para a mobilização e propaganda da FRELIMO, realizado a 6 de agosto de 2012. O *MediaFax* relatou as tentativas agressivas e coercivas de censura aplicada a editores, chefes de redacção, pensadores e comentadores de diversos canais e programas e a pretensão de interferência directa explicitada no discurso do secretário: “O encontro do dia 6 de agosto 2012 simplesmente terminou com

avisos a comentadores para que os seus programas parassem de criticar a FRELIMO, começassem a moderar o discurso e ajudassem a manter a reputação do partido no poder”²

Uma vez que não existem restrições legais para a cobertura de eventos e questões importantes, os problemas financeiros e logísticos da mídia são, geralmente, a principal causa por detrás da limitação da cobertura jornalística. Apesar de não indicarem nenhum exemplo concreto, os painelistas acreditam que existem casos de ameaças e intimidações contra jornalistas e editores por parte de certos representantes dos poderes político e económico. Alguns painelistas asseveraram que a mídia privada nunca foi inibida ou proibida de cobrir eventos importantes, incluindo protestos e manifestações de rua. Pelo contrário, e em certos casos, é a mídia do Estado que tem feito uma cobertura tímida, limitada, autocensurada ou controlada na cobertura de tais eventos.

Salários

Em geral, os jornalistas não são bem pagos, excepto os da RM, TVM e *Notícias*. A mídia do sector privado, que sobrevive com base em recursos obtidos com a venda de informação e espaços de publicidade, chega a pagar abaixo do salário mínimo. Na mídia comunitária, os voluntários recebem pouco apoio já que estes dependem, geralmente, de contribuições baixas da

2 http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/08/afinal-a-liberdade-de-expressao

comunidade. Segundo Marivate, “deve-se notar que qualidade, em certo tipo de actividades, está intrinsecamente relacionada com o nível de investimento que esta recebe. Os salários não são encorajadores e é por estes motivos que centenas de recém-graduados em jornalismo e ciências da comunicação migram para outras áreas, tais como relações públicas e marketing”.

Os salários baixos e a vulnerabilidade económica expõem os jornalistas a vários tipos de pressão, desde a já mencionada autocensura até à constante procura de emprego. O baixo nível de salários também força a procura de fontes complementares de receitas, levando os jornalistas a trabalharem igualmente como agentes de imprensa de ministérios e como gestores de empresas privadas.

Conteúdos

Ouri Pota acha que, em alguns órgãos de comunicação social, a política mistura-se com o entretenimento, ou seja, “quando o entretenimento aparece em primeiro plano, o destaque vai para a figura política e não para o evento”. Mesmo assim, Pota elege a RM como modelo de programação equilibrada, dado que fornece noticiários de hora a hora, dois grandes jornais à tarde e à noite, para além de uma diversidade de programas informativos e de entretenimento.

A dramaturga e personalidade televisiva Cândida Bila afirmou: “Apesar de os canais públicos possuírem mais programas educacionais e de entretenimento, a programação não ofusca as notícias. Contudo, ao priori-

zar os eventos políticos e económicos, a mídia acaba ofuscando a cobertura de questões sociais e culturais, mas estações de televisões privadas apresentam mais entretenimento do que notícias”.

No entanto, a mídia privada é, frequentemente, forçada a dar prioridade ao entretenimento, como explicou Marivate: “Os órgãos de mídia privados são independentes e precisam de dinheiro, e entretenimento traz dinheiro. A sua sustentabilidade provém do entretenimento e por causa deste sistema as notícias são ofuscadas”.

Produção

A questão de equipamentos e facilidades de produção continua problemática e envolve uma série de aspectos. Por exemplo, Ouri Pota afirmou que “podemos dizer que as facilidades técnicas e equipamentos para produção de notícias e distribuição são modernas e eficientes, mas é inútil se o pessoal não estiver preparado para operá-los correctamente e fazer melhor uso possível por longo tempo”. Tem havido progressos no uso de sistemas de distribuição via internet por parte de várias publicações impressas, bem como nas infraestruturas de difusão televisiva pelo país fora.

A disponibilidade crescente das tecnologias móveis permite que os indivíduos, incluindo jornalistas, estejam melhor equipados para a recolha de notícias, mas os painelistas enfatizaram que poderiam surgir problemas na presente fase de transição para a radiodifusão digital. Entre os painelistas, o receio é que

esta migração seja desigual e que surjam problemas de disponibilidade de equipamento tecnicamente actualizado.

A maioria dos painelistas concordou com Chilengue ao afirmar que existem reportagens de nicho de qualidade, mas não são tão atrativas devido à falta de recursos materiais e financeiros. Em reacção à opinião de Alfredo Libombo segundo a qual os gestores ou os proprietários da mídia e jornalistas são resistentes à especialização, Manuel Matola asseverou que é possível ultrapassar esta situação, desde que as empresas jornalísticas se empenhem em “analisar os níveis académicos dos jornalistas e as

necessidades dos próprios órgãos de comunicação, para subseqüentemente pensarem na especialização de tais jornalistas”.

Programas interactivos e reportagens especializadas, especialmente sobre saúde, economia e relações de género existem em toda a mídia. As estações de rádio e de televisão apresentam entrevistas e debates com profissionais destas áreas. Contudo, o consenso entre os painelistas foi que os jornalistas ainda apresentam uma alarmante falta de capacidade de recolha de material de nicho, processamento de informação e apresentação de programas nicho e reportagens especializadas.

Objectivo 3



Pontuação: 2.44

Colço definiu a diferença entre a variedade de agências de notícias e a frequente escassez de informação acerca dos eventos que estas apresentam. “Apesar do evidente aumento do número de órgãos de informação, as suas fontes não são tão variadas e, muitas vezes, são até escassas. As fontes de informação são praticamente as mesmas, apesar de algumas diferenças que possam ser encontradas em opiniões e interpretações dos factos”.

Os painelistas partilham a opinião de que o número de mídias impressas, de radiodifusão, comunitárias, via internet e outras tecnologias móveis tem vindo a crescer, mas não há um aumento e disponibilidade de fontes que permitam uma apresentação ampla e diversificada de pontos de vista. Isto deve-se tanto à falta de formação para jornalistas como à falta geral de fontes de informação e esforços para o confronto ou verificação de novas fontes. A nível nacional, a principal fonte de notícias é a AIM, que favorece totalmente o governo. Existe também uma agência privada, *Gilmedia*, que é poucas vezes mencionada. Esta escassez de fontes contrasta com o crescente número de meios de comunicação e limita a diversidade e pluralidade de pontos de vista disponíveis. Marivate chegou a dizer que “existem fontes múltiplas de notícias, mas diversidade não significa qualidade. Neste aspecto, há ainda muito por fazer”.

Apesar de não haver registos actualizados e fiáveis, os painelistas disseram que já existem jornais, revistas, estações de rádio e fontes de notícias online mas, segundo Ouri Pota, o seu acesso é limitado, por várias

razões. Apesar de o uso de telemóveis e da internet ter aumentado, os custos associados ao acesso à internet móvel e fixa são proibitivos. Igualmente, apesar de o uso dos SMS, Facebook, blogs e outras ferramentas da mídia social terem aumentado, eles nem sempre são utilizados para a produção de notícias e as que são publicadas nestas plataformas nem sempre são confiáveis.

A lei não limita o acesso da população às mídias nacionais ou internacionais. Toda e qualquer restrição neste âmbito resulta da incapacidade financeira para custear a aquisição de equipamento e/ou as assinaturas para o acesso à mídia impressa, internet por satélite ou cabo, devido aos salários baixos e à pobreza absoluta que ainda afecta grande parte da população urbana e rural. Em certos locais do país, a falta de acesso à electricidade e sistema de transmissão de comunicações, incluindo a limitação na cobertura da internet, determina a exclusão de cidadãos de tal mídia. Em Moçambique, a limitação do acesso é também linguística, dado que muitas pessoas não falam e não leem materiais em Português ou nas principais línguas estrangeiras usadas na mídia.

Diversidade

Os painelistas foram unânimes em considerar que as mídias públicas RM e TVM são relativamente abertas à diversidade de opiniões e procuram refleti-las nos seus trabalhos, mas a parcialidade a favor do partido no poder e do governo foi particularmente notória

em 2011 e 2012. Realmente, a atenção dada pela mídia pública a eventos da FRELIMO e seus líderes foi particularmente evidente. Os partidos da oposição não conseguem chegar perto da cobertura dada ao partido no poder, talvez por falta de autoridade ou de interesse.

Na RM e na TVM, o equilíbrio vem se perdendo e, como Alfredo Libombo fez questão de sublinhar, “o país está a viver um momento de transição com o aproximar do ciclo eleitoral, começando em 2013 com as eleições locais, sendo as gerais em 2014”. Devido a este facto, a plataforma governamental e seus candidatos têm recebido atenção crescente. Se em termos teóricos a distribuição de notícias feita pelas agências não é discriminatória por se basear em critérios de negócios, na prática a AIM é a agência mais frequentemente usada em alguns casos por ser a mais acessível em termos de preços, e noutros por causa das suas ligações políticas.

Ao nível nacional, a principal fonte de notícias é a agência governamental AIM e, numa dimensão menor a agência privada nacional *Gilmedia* e a LUSA, uma agência de Portugal. Teoricamente, a distribuição de notícias pelas agências não é discriminatória e é baseada em decisões de negócio.

O desenvolvimento da mídia moçambicana, em geral, e da mídia privada, em particular as estações de rádio e de televisão, é cada vez mais evidente em vários sectores. Muitas empresas de comunicação têm vindo gradualmente a demonstrar a sua habilidade para produzir e desenvolver a sua própria programação e

notícias, usando fontes locais ou externas, a partir de outros órgãos de comunicação e de agências de notícias. Este cenário ainda é dificultado pela autocensura e falta de formação para jornalistas, mas os painelistas são encorajados pelo progresso que se verifica nesta frente.

Controlo

Em muitos casos constata-se que não há grande preocupação em se ocultar a propriedade de órgãos de mídia, mas existe igualmente pouco esforço em se publicitar tal informação para ser acessível ao público. O controlo da mídia permanece um privilégio do governo a quem pertencem a AIM, o ICS, assim como detém a participação na RM e na TVM, através de fundos do Estado. Mesmo as instituições que por questões políticas não são directamente controladas pelo governo estão sujeitas às suas pressões. Certas mídias que são geridas por cooperativas de jornalistas são mais independentes e seguem rigorosamente as respectivas linhas editoriais, quase nunca aceitando interferência externa. Porém, há um número significativo de órgãos de informação cuja propriedade se concentra num número reduzido de pessoas ou grupos, frequentemente com certa influência política por detrás deles.

Apesar de a mídia cobrir geralmente temáticas políticas, as questões sociais, étnicas, religiosas e culturais têm vindo a ganhar uma importância crescente, incluindo aqueles conteúdos que envolvem direitos de crianças, mulheres e idosos. Tal como observado pelo

painel de 2010, as mídias orientadas para grupos minoritários não são bem conhecidas, visto que não são expostas à população em geral. Uma análise cuidadosa demonstra que houve progressos na habilidade que certos profissionais da mídia têm para observar e capturar a realidade social, algo que é encorajado através de prémios que certas agências atribuem a reportagens, valorizando-as pelos impactos cultural, social e religioso que as notícias têm. Por exemplo, Marivate recebeu o prémio anual da *CNN/Multichoice* como Jornalista do Ano em 2011, devido a uma reportagem sobre a vida da comunidade rastafariana em Maputo.

Muitas vezes, notícias ou reportagens sobre determinadas temáticas são proibidas em conexão directa com compromissos comerciais de empresas que patrocinam ou colocam publicidade, ajudando as mídias a cobrirem eventos específicos. Os directores editoriais ou chefes de redacção podem impor aos jornalistas censura explícita em certas temáticas, e os próprios jornalistas chegam também a se autocensurar, o que limita o espectro dos tópicos sociais cobertos.

Alcance

A disseminação de conteúdos dirigidos a grupos sociais específicos pode ser feita através de grandes órgãos de comunicação mas, em geral, tais assuntos

ou notícias são encontradas online ou em outros formatos não-tradicionais. As mídias comunitárias deveriam reflectir a variedade de interesses locais e a sua diversidade, no entanto, tal como demonstrado no Objectivo 1, a interferência e a censura praticada pelas autoridades distritais nem sempre permite que o pessoal deste sector trabalhe num ambiente de liberdade. O ponto forte das rádios comunitárias assenta no facto de as várias estações difundirem em línguas minoritárias locais, o que, pelo menos, permite que estes grupos tenham acesso a alguma informação.

O painel observou que, em parte, os órgãos de comunicação cobrem amplamente as questões locais, nacionais e internacionais. Mas a maior dificuldade que se coloca em termos de cobertura tem a ver com o facto de serem poucos os órgãos que difundem ou distribuem conteúdos ao nível nacional. Deste modo, não havendo um amplo leque de oferta, o público fica limitado em termos de escolha e de quantidade de informações sobre questões locais e regionais, no caso de moradores das cidades, ou questões internacionais, no caso das populações rurais. Enquanto em certos locais, particularmente nas cidades, o público é beneficiado com boa cobertura sobre uma variedade de questões, o alcance de grande parte da mídia, incluído as rádios comunitárias, não é suficiente para cobrir múltiplos níveis de notícias – local, nacional e internacional.

Objectivo 4



Pontuação: 2.05

Robão João Mauelele, jornalista e sub-editor do jornal *Diário de Moçambique*, destacou as limitações práticas da economia como sendo a principal barreira que dificulta o bom funcionamento das empresas jornalísticas. Para este painalista “é impossível praticar o jornalismo sem dinheiro. A indústria midiática está ainda localizada nas capitais provinciais, particularmente em Maputo, deixando grande parte do país sem cobertura, devido à falta de fundos para viagens de trabalho. As grandes empresas públicas investem em viagens para os seus jornalistas produzirem reportagens relacionadas com propaganda e publicidade, mas a empresa jornalística em si está fragilizada. As estruturas do governo também actuam de modo similar, limitando a capacidade de os jornalistas analisarem criticamente os eventos”.

O painel reconheceu que nos órgãos de comunicação social ainda persistem muitos problemas de gestão e de sustentabilidade. Segundo Alfredo Libombo, “recentemente, são poucos os jornais que encerraram as suas portas por causa de problemas de gestão, o que é um bom sinal. Igualmente tem havido esforços consideráveis para a introdução de padrões comerciais de gestão em certos jornais”. Numa perspectiva de gestão, órgãos públicos como a RM, TVM e AIM operam como instituições bem organizadas e estáveis com sustentabilidade financeira reconhecida. A experiência que estes órgãos acumularam permitiu-lhes consolidar e desenvolver a habilidade de claramente distinguir a gestão editorial dos negócios. As receitas destas organizações provêm em grande medida de fundos estatais, um cenário que provavelmente não

se vai alterar, pois que isso tende a tornar as mídias públicas mais favoráveis a posições do governo.

Em relação à mídia privada, incluindo as que pertencem à *Sociedade do Notícias*, nomeadamente o matutino *Notícias* e os semanários *Domingo* e *Desafio*, são poucos aqueles que têm revelado um bom nível de sustentabilidade e forte presença na paisagem midiática moçambicana em virtude da sua capacidade de planificação de negócios. Deste modo, uma série de organizações seguem planos de negócio que lhes permitem assegurar as suas operações, tomar decisões relativas a custos, equipas de trabalho e planificar despesas de capital. Contudo, não é isto que assegura a independência das várias organizações, já que a competição para a obtenção de receitas é renhida e há interesses comerciais e políticos que podem influenciar a sua independência editorial.

Enquanto nos órgãos de comunicação mais robustos as funções editoriais estão separadas das outras, nos órgãos pequenos e emergentes, as estruturas de apoio são praticamente inexistentes, sobrecarregando a gestão editorial com funções administrativas, financeiras e de marketing.

Financiamento

As fontes de financiamento da mídia incluem contribuições dos proprietários e dos parceiros, subscrições, vendas de tempo de antena e de espaço de publicidade, publicação de notícias, patrocínios, doações, cobertura ou reportagem de eventos e outros serviços.

Todos os painelistas consideraram que a vulnerabilidade financeira tem sido a causa principal dos baixos níveis de independência editorial e da ausência de jornalismo investigativo, principalmente na mídia do sector privado. No entanto, independentemente da diversidade de fontes de renda e clientes, persiste alguma parcialidade na abordagem de certos tópicos, como resultado de um alinhamento político explícito ou implícito.

Por exemplo, o jornal *Domingo* declarou o seu apoio à FRELIMO e ao governo. As estações de rádio *Índico* e *Terra Verde* favorecem os seus proprietários: o partido no poder e o maior partido da oposição, respectivamente; outros jornais estão claramente contra todos os políticos, independentemente do partido que estes representam. Ismael Mussá sintetizou a situação prevalente, no seguinte comentário: “A mídia depende fundamentalmente da publicidade para sobreviver, especialmente a privada, mas grande parte das receitas permanece nas mãos das agências de publicidade. A propaganda do governo beneficia as mídias impressas de grande circulação diária, o que afecta quase todas as empresas privadas. A distribuição de publicidade não é equilibrada e o governo evita a publicação de anúncios publicitários na mídia que o critica, direccionando, deste modo, o apoio financeiro directamente para a RM, TVM, ICS e AIM. Esta distribuição desequilibrada acaba beneficiando apenas alguns órgãos”.

Mabui diria que, à excepção do ICS, o financiamento da mídia comunitária, em geral, não é nem adequado,

nem consistente: “Sobrevivem através da publicidade, propaganda e doações que recebem de tempos em tempos”. Nestes casos, tal como acontece com a maioria dos órgãos privados, estes aceitam qualquer tipo de financiamento que apareça e que raras vezes provém de uma multiplicidade de fontes.

Publicidade

O mercado publicitário está em franco crescimento, acompanhando o desenvolvimento e a diversificação, bem como a emergência de novos centros de negócios fora da capital do país. As agências de publicidade, portanto, também estão a crescer em Moçambique.

As mídias não têm conseguido diversificar estratégias de publicidade. O painel observou que as grandes agências difundem publicidade bastante similar. As empresas com maior visibilidade são as de telefonia móvel e as instituições governamentais. Com empresas de pesquisa de audiências já a operar em Moçambique, Couto elucidou que “as análises de audiência demonstram o progresso da mídia, em termos de, por exemplo, cobertura, quantidades e tipos de audiências que estes alcançam. Neste contexto, as agências de publicidade controlam os preços que os órgãos de mídia cobram pela publicidade e, consequentemente, o modo como os clientes usam o seu dinheiro na promoção dos seus produtos através da mídia”.

Antes da liberalização do mercado jornalístico, grande parte dos materiais de publicidade era produzida

internamente pela gestão comercial das empresas midiáticas. Hoje, as agências publicitárias negociam o alinhamento da publicidade com os sectores comerciais. Contudo, alguma publicidade ainda é produzida internamente por profissionais, com ou sem formação em marketing, para gerar receitas. Grandes empresas comerciais, industriais e de prestação de serviços trabalham com as principais agências de publicidade. Com base na variedade em termos de tamanho e orientação social da publicidade, incluindo a internet e telemóveis, a conclusão a que se chega é que as agências publicitárias trabalham activamente com todos os sectores. Grande parte desta propaganda, no entanto, tem pouca relevância fora das principais cidades, porque as agências não operam nessas áreas.

A publicidade como fonte de receitas dos órgãos de comunicação social é crucial para complementar os lucros obtidos pela venda de notícias e informação, incluindo assinaturas e taxas cobradas aos utentes dos seus serviços. Os painelistas consideram que nas circunstâncias actuais, tanto as mídias públicas, como as privadas recorrem à publicidade para cumprirem os respectivos planos de sustentabilidade. Neste sentido, o painel concluiu que, em certos casos, a publicidade e propaganda recebem prioridade até mesmo sobre notícias e informação.

Os órgãos de comunicação social públicos e estatais recebem recursos do Estado para operar e investir nas suas infraestruturas. O painel reconheceu que não existe nenhum privilégio concedido pelo Estado ou pelo governo sob a forma de apoio financeiro directo

aos órgãos de comunicação privados. Mas o governo subsidia as deslocações de jornalistas quanto conveniente – por exemplo, para cobrir viagens do Primeiro-Ministro e outros oficiais no país e no estrangeiro. Em relação ao apoio financeiro do Estado, Couto disse que, “historicamente, a RM, TVM e o *Notícias* herdaram benefícios dos tempos em que o Estado era obrigado a garantir totalmente o acesso à informação. Hoje, existem várias agências privadas de informações que operam sem apoio oficial. Por conseguinte, os subsídios fiscais de apoio à mídias públicas tornaram-se discriminatórios, visto que foram criados para garantir que os órgãos de comunicação social estatais fornecessem informação a todo o país [numa altura em que as mídias privadas não poderiam]”.

A publicidade do Estado é de um volume considerável e permanente e, de acordo com alguns painelistas, ela é direccionada preferencialmente para os canais públicos e pró-governamentais. Intencional ou não, esta situação subverte a independência editorial nessas instituições e cria pequenas distorções no mercado de publicidade da mídia privada.

Pesquisas de opinião

A execução de pesquisas de opinião e de mercado é uma conquista muito recente e como tal afecta apenas um pequeno número de órgãos de comunicação social. Alguns ajustes internos de gestão podem ocorrer como resultado das pesquisas de audiência ou de mercado, mas elas não têm efeitos imediatos ou direc-

tos na programação da radiodifusão. Confirmando tal facto, Cândida Bila explicou que “pesquisas de mercado confiáveis são muito recentes e a capacidade delas de influenciar ainda não é considerada, por exemplo, para a reformulação [da programação]”. As mídias públicas possuem os seus próprios departamentos de estatísticas que funcionam como unidades de pesquisa, mas estes não fazem uma grande diferença em termos de trabalho editorial. As agências de publicidade acabam recebendo os benefícios das pesquisas de audiência visto que, de acordo com Couto,

elas “impõem os preços mais baixos de colocação de anúncios, submetendo as mídias a ganhos reduzidos com a publicidade”.

Até este ponto, algumas empresas de pesquisa parecem produzir análises confiáveis sobre a circulação da mídia baseadas em critérios objectivos, mas é difícil julgar a sua precisão, particularmente fora das áreas urbanas. Igualmente, a utilidade e a cultura de uso de resultados de pesquisa não está ainda incorporadas na maior parte dos órgãos de comunicação; qualquer informação produzida geralmente não é usada.

Objectivo 5

INSTITUIÇÕES DE APOIO



Pontuação: 2.27

Maelele referiu que as mídias independentes têm poucos aliados que os possam apoiar a alcançarem a sustentabilidade, embora a sociedade já os apoie moralmente. “As mídias independentes usam basicamente os seus próprios recursos para sobreviver... maioritariamente, são as organizações europeias que apoiam os independentes e estas estão afectadas pela crise económica internacional agora. Os programas de financiamento da mídia, que eram comuns, são agora escassos ou inexistentes”.

Em Moçambique, a criação e operação de associações socioprofissionais representantes da mídia tem sustentação jurídica. As associações existentes incluem o Fórum Nacional dos Editores de Moçambique (EDIT-MOZ), a Associação de Empresas Jornalísticas (AEJ) e o Fórum das Rádios Comunitárias (FORCOM). Os serviços que estas instituições oferecem não foram considerados pelo painel como sendo particularmente bons, apesar de serem consistentes com a história institucional em Moçambique.

Por exemplo, Manuel Matola não aceita a actividade inconsistente do SNJ que apenas “aparece esporadicamente para condenar actos de clara violação aos direitos dos jornalistas.” Mais radical na sua análise, Alfredo Libombo disse sentir “pena pelas deficiências da AEJ, porque esta devia ser uma plataforma de apoio nas negociações entre o governo e as associações comerciais que operam regularmente no país.” Colaço adicionou que “é muito difícil falar de independência ou autonomia [total] de associações ou da sociedade civil

em Moçambique, porque esta é uma sociedade ainda sob influência da mentalidade monopartidária”.

Organizações

Algumas associações socioprofissionais, pela sua vocação, protegem jornalistas e promovem o jornalismo de qualidade: O Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ), a Associação das Mulheres da Comunicação Social (AMCS), que é um braço do sindicato dos jornalistas e assegura o equilíbrio das relações de género e interesses das mulheres no jornalismo, o Media Institute of Southern Africa (MISA-Moçambique), uma instituição da sociedade civil que trabalha para proteger indivíduos e jornalistas, bem como instituições midiáticas. A solidariedade de classe entre os jornalistas é esporádica, muitas vezes só surge quando ocorre um caso contra um colega de profissão; a actividade do SNJ é muito deficiente e a MISA-Moçambique assiste a uma crise interna.

Por definição, estas organizações são independentes do governo e deviam disponibilizar apoio quando os jornalistas são perseguidos em razão das suas actividades profissionais. Matola foi mais positivo: “As organizações que representam os jornalistas têm feito esforços constantes para sindicalizar os profissionais de mídia e para reforçar a organização do sindicato e a conscientização, sempre respeitando o princípio da livre associação e a autonomia sindical. Estas organizações têm, igualmente, defendido a prática livre do jornalismo tentando por todos os meios assegurar a liberdade total de pensamento e acção profissional”.

No entanto, Matola apontou que estas organizações não têm sido capazes de fornecer aos seus membros acesso a serviços de apoio jurídico que, certas vezes, se mostram necessários. É comum ver instituições que deveriam defender os interesses profissionais da mídia independente publicar anúncios que demonstram o oposto, frequentemente acusando jornalistas e órgãos de comunicação de não respeitarem padrões profissionais.

Limitações

Existe uma série de ONGs que operam em Moçambique, lidando com projectos e actividades de apoio à liberdade de expressão, e até algumas que apoiam órgãos de comunicação social. Organizações tais como IBIS, MISA-Moçambique, o Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC), UNICEF e o Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA) têm disponibilizado apoio, particularmente através da formulação de uma proposta de Lei das Rádios Comunitárias.³ Contudo, muitas destas organizações não estão exclusivamente focalizadas em liberdades e independência da mídia e nem sempre são capazes de advogar a favor dos profissionais de mídia.

Muitas das instituições de ensino superior oferecem programas de graduação em jornalismo de qualidade aceitável, bem como oportunidades de formação no estrangeiro para indivíduos com capacidade finan-

ceira para tal ou para aqueles que tenham sucesso na obtenção de bolsas de estudo oferecidas por instituições especializadas. O número de vagas para programas de jornalismo em todas as universidades é suficiente, mas o acesso é limitado nas instituições públicas devido à competição condicionada pelos baixos custos. O estabelecimento de programas de comunicação na Universidade Pedagógica reduziu a pressão sobre a Universidade Eduardo Mondlane para controlar os ingressos na sua Escola de Comunicação e Artes (ECA). Pota e Matola confirmaram que estes são programas de qualidade; porém, as deficiências do ensino primário e secundário do sistema de educação em Moçambique colocam limitações significativas. Igualmente, de acordo com Mussá, “nem todas as instituições podem prover formação prática significativa devido à ausência de equipamentos, laboratórios e oportunidades de prática”.

Entre 2011 e 2012, os programas de formação de curta duração oferecidos por instituições de apoio às mídias tornaram-se escassos. Especula-se que esta situação se deve à crise financeira internacional que afecta os países doadores que oferecem fundos para estes fins, especialmente os nórdicos. Por conseguinte, organizações locais como a AMCS e SNJ estão dependentes de fundos de outras ONGs para a organização de acções de formação, lobby e advocacia. A MISA-Moçambique, que já teve a autonomia para mobilizar recursos financeiros e humanos, está praticamente inactiva em Moçambique. Contudo, as empresas e centros de formação moçambicanos, tais como o Centro de Formação Fotográfica (propriedade

³ Do jornal *Savana*, emissão no. 976, 21 de Setembro 21, p.18.

do governo) e o Centro de Formação Profissional na RM e da TVM, organizam programas de formação em algumas especialidades midiáticas, mas os formandos têm de arcar com os custos individualmente.

As empresas jornalísticas raramente financiam formações para os seus profissionais, geralmente por razões financeiras. Isto significa que, mesmo nos casos em que as formações estão disponíveis, os jornalistas que mais necessitam de adquirir certas habilidades não têm acesso aos programas e cursos necessários.

Em Moçambique, as instalações para impressão são particulares, apolíticas e ilimitadas. Deve-se notar que não há nenhuma empresa especializada de distribuição e que não existe nenhuma empresa gráfica apoiada ou pertencente ao governo. Grande parte dos materiais, no entanto, é importada. As instituições governamentais e associações do sector da mídia ainda não alcançaram nenhum entendimento tendente para promover importações numa base colectiva. Isto cria uma restrição de facto e altos custos que nenhum órgão da mídia consegue suportar.

Circulação

Os membros do painel nunca ouviram falar de nenhuma pressão ou restrição imposta pelo governo, partidos políticos ou empresas jornalísticas relativamente aos sistemas de distribuição da mídia. Casos isolados podem ocorrer, tais como o do 10º Congresso do Partido FRELIMO, que ordenou a confiscação de

cópias do jornal *O País*⁴ pelos membros do congresso, alegadamente por razões de segurança nacional. Este caso, no entanto, é uma excepção à regra. Segundo os membros do painel, falhas de equipamento, interrupções na internet e falhas de outros sistemas de transmissão de dados que certas vezes ocorrem, não são intencionais, mas correspondem ao resultado de uma infraestrutura e de equipamentos pobres.

Houve algumas suspeitas por parte dos painelistas sobre um incidente particular em 2010, onde os serviços de SMS e de telefonia móvel foram bloqueados em Maputo na sequência da organização de uma manifestação antigovernamental.

Moçambique sofre de uma deficiência notável em termos da infraestrutura de tecnologias de informação e comunicação (TIC) instaladas para as mídias e para população. No *Relatório Para a Inclusão Digital em Moçambique*, elaborado em 2009, Ouri Pota reportou uma relação directa entre a disponibilidade e a capacidade de uso das TICs; a reportagem demonstra que o acesso à internet era de 3 por cento (4.5 por cento em 2011), o que reflecte uma diferença significativa entre áreas urbanas e rurais. A maior capacidade de TIC está instalada nas cidades com várias formas de acesso, enquanto as áreas rurais são forçadas a depender de serviços por satélites que são muito dispendiosos ou conexões *dial up*, que são bastante lentas.

4 Do blog "Reflectindo sobre Moçambique", 26 de Setembro de 2012. <http://comunidademocambicana.blogspot.com/2012/09/congresso-da-frelimo-jornal-o-pais.html>

O baixo nível de acesso a tais tecnologias está fortemente relacionado com a escassez de recursos financeiros e resulta numa falta de conhecimentos generalizada sobre o seu modo de utilização. Parcialmente devido a este facto, as TICs em Moçambique não satisfazem as necessidades da indústria midiática, especialmente em termos de conexão, estabilidade e capacidade de transmissão. Visto

que as necessidades da mídia são, geralmente, mais altas do que as da população, pode também ser dito que a infraestrutura existente não satisfaz as suas necessidades devido aos altos custos e conexões lentas e não confiáveis. O acesso à internet através de telemóveis está disponível mas, mais uma vez, os problemas de custos e velocidade impedem o acesso.

Lista dos Participantes do Painel

- Alfredo Libombo Tomás** jornalista, Maputo
- Cândida Bila** dramaturga; professor de sociologia, Universidade São Tomás; editor e apresentadora, *Smile TV* Mozambique, Maputo
- Carlos Rodrigues Coelho** presidente do conselho de gestão da COOP Norte
- Hortêncio Jeremias** professor; coordenador, radio comunitário de Namaacha “Cascatas”, Vila da Namaacha
- Ismael Jamu Mussa** professor de jornalismo, Universidade Eduardo Mondlane; deputado da Assembleia da República, Maputo
- João Carlos Colaço** professor de sociologia, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo
- Luis Couto** director-geral, Intercampus-Mozambique, Maputo
- Manuel Matola** jornalista, Agência Lusa, Maputo
- Maria da Anunciação Mabui** directora, Escola Primária de Condlana; editora de programas, Rádio Comunitária Nkomati, Vila da Manhiça
- Ouri Pota Chapata Pacamutondo** director adjunto de programas, Rádio Moçambique, Maputo
- Refinaldo Chilengue** director editorial, jornal electrónico *Correio da Manhã* e revista *Prestígio*, Maputo
- Selma Inocência** directora de informação, *Miramar*, Maputo

Moderadora e autora

- Prof. Julieta M. Langa** professora e chefe da Secção de Linguística, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo

Logística e apoio administrativo

- Dra. Rosa da Conceição Mitelela** docente, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo

USAID

Os Estados Unidos têm uma longa história de assistência internacional às pessoas que lutam por uma vida melhor. É uma trajetória que reflecte, ao mesmo tempo, a compaixão do povo americano e o apoio pela dignidade humana, assim como os propósitos da política externa do país. Com a intenção de apoiar estes princípios, o Presidente John F. Kennedy criou, através de uma ordem executiva de 1961, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A assistência internacional dos EUA sempre teve o duplo objectivo de promover os interesses dos Estados Unidos ao mesmo tempo em que busca melhorar as condições de vida no mundo em desenvolvimento. A USAID implementa a política externa dos EUA, fomentando o desenvolvimento humano em larga escala, ao mesmo tempo expandindo sociedades livres e estáveis, criando mercados e parceiros de negócio e promovendo a boa vontade no exterior.

A USAID trabalha em mais de 100 países para:

- Promover uma ampla partilha da prosperidade económica;
- Fortalecer a democracia e a boa governação;
- Proteger os direitos humanos;
- Melhorar a saúde global,
- Melhorar a segurança alimentar e a agricultura;
- Melhorar a sustentabilidade ambiental;
- Desenvolver a educação;
- Ajudar as sociedades na prevenção e na recuperação de conflitos e
- Prestar assistência humanitária em situações de desastres naturais ou provocados pelo homem.

IREX

A IREX é uma organização internacional sem fins lucrativos que através de programas inovadores e de liderança promove mudanças duradouras ao nível global. A IREX facilita indivíduos e instituições locais na construção de elementos-chave para uma sociedade vibrante: educação de qualidade, meios de comunicação independentes e comunidades fortes. Para fortalecer esses sectores, as actividades do programa também incluem a resolução de conflitos, a tecnologia para o desenvolvimento, género e juventude. Fundada em 1968, a IREX tem uma carteira de projectos anual de mais de US\$ 70 milhões e uma equipa de mais de 400 profissionais em todo o mundo. A IREX emprega métodos testados no campo e usos inovadores de tecnologias para desenvolver soluções práticas e localmente orientadas com os seus parceiros em mais de 100 países.

O Programa Para Fortalecimento da Mídia em Moçambique é implementado pela IREX e financiado pela USAID

Programa Para Fortalecimento da Mídia em Moçambique
Mozambique Media Strengthening Program

IREX Moçambique
Av. Ho Chi Minh 1174 | Maputo | Moçambique
T: (+258) 21 320 090 | C: (+258) 82 308 5215
maputo@irex.org | www.irex.org.mz

